

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Escola Portuguesa de Macau

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

4 a 7 dezembro

2012

Inspeção-Geral da Educação e
Ciência

1 – INTRODUÇÃO

A criação da Escola Portuguesa de Macau, consignada no [Despacho Conjunto n.º 79/97](#), de 30 de maio, ocorreu em circunstâncias históricas e políticas particulares, decorrentes da alteração do estatuto de Macau, que, em 1999, de território chinês de administração portuguesa, passou a Região Administrativa Especial de Macau, sob administração chinesa.

A fim de salvaguardar a permanência e continuidade da língua e da cultura portuguesas no território após a devolução da soberania à República Popular da China, bem como garantir as condições de funcionamento da Escola Portuguesa de Macau, o Governo Português instituiu como entidade titular a Fundação Escola Portuguesa de Macau ([Decreto-Lei n.º 89-B/98](#), de 9 de abril), que é uma instituição de direito privado e de utilidade pública, aglutinadora de contributos específicos e complementares, de ordem educativa, financeira e institucional. Aliada às responsabilidades do Estado legalmente estabelecidas, a participação maioritária do Ministério da Educação e Ciência no Conselho de Administração da Fundação Escola Portuguesa de Macau assegura a primazia dos desígnios nacionais no projeto educativo da Escola.

No contexto em que está integrada, a Escola Portuguesa de Macau distingue-se das demais escolas públicas e privadas existentes na Região Administrativa Especial de Macau. As escolas públicas são chinesas e as escolas privadas diferem na língua veicular, que pode ser a chinesa, a inglesa (onde se incluem as escolas internacionais) e a portuguesa, como é o caso da Escola Portuguesa de Macau e do Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, sendo a gestão e o funcionamento deste da responsabilidade da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses. O currículo ministrado na Escola segue os planos de estudo da oferta nacional para os ensinos básico e secundário, integrando a flexibilização e as adequações previstas na [Portaria n.º 940/2009](#), de 20 de agosto.

A singularidade da Escola Portuguesa de Macau resulta também do facto de ser a única onde os alunos do ensino básico e secundário realizam provas de avaliação externa das aprendizagens, nomeadamente os testes intermédios, as provas de aferição, as provas finais do ensino básico e os exames nacionais do ensino secundário implementados em Portugal.

No enquadramento específico em que a Escola desenvolve a sua missão sobressaem ainda, a par das dimensões educativa e cultural, as dimensões política e económica, na medida em que é reconhecido o interesse estratégico da República Popular da China em estabelecer relações com países lusófonos, utilizando a Região Administrativa Especial de Macau como plataforma de ligação entre o Oriente e o Ocidente.

O [Despacho n.º 7433/2012](#), de 30 de maio, determinou a realização de uma intervenção na Fundação Escola Portuguesa de Macau e na Escola Portuguesa de Macau, concretizada pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência. Esta intervenção serviu dois objetivos principais, permitindo, por um lado, a avaliação da Escola para efeitos da manutenção da excelência da oferta educativa prestada neste estabelecimento de ensino e, por outro, a auditoria ao funcionamento da Fundação e da Escola, nos domínios administrativo e financeiro.

Paralelamente, possibilitou a elaboração de um parecer fundamentado e de propostas sobre o figurino legal da referida Fundação, bem como sobre os aspetos legais inerentes à eventual deslocalização das instalações da Escola. Esta questão, sendo geradora de incertezas e de alguns constrangimentos, tem sido objeto de negociações e de debate por parte da comunidade educativa e dos órgãos de administração e de gestão, emergindo o consenso relativamente à efetivação da deslocalização, desde que garantidas as condições respeitantes à adequação dos equipamentos e ao financiamento, que possibilitem à Escola a prossecução da sua missão.

Assim, no que concerne especificamente à avaliação externa, é de salientar que a [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a

Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

Atendendo à excecionalidade da intervenção e às especificidades que caracterizam a Escola Portuguesa de Macau, como anteriormente foi exposto, foram realizadas algumas adequações ao modelo implementado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, no âmbito do programa de avaliação externa das escolas.

As alterações respeitam à agenda dos trabalhos e à metodologia utilizada pela equipa de avaliadores, devido à constituição dos grupos de entrevistados (conselho de administração, assembleia da comunidade educativa e representantes da Direção de Serviços de Educação e Juventude de Macau), à observação da prática letiva durante a manhã do segundo dia e à realização de duas sessões (a primeira destinada à direção e a outra aberta à comunidade educativa) para apresentação da informação de retorno, no final do quarto dia.

Relativamente à observação da prática letiva importa realçar que a mesma foi realizada com recurso a uma grelha, adaptada da utilizada pela inspeção de educação da Baixa Saxónia (Alemanha), a qual foi previamente dada a conhecer à Escola, para que, inclusivamente, faça uso próprio da mesma no futuro. A amostra abrangeu dezoito tempos de 45', turmas distintas de todos os ciclos e níveis de ensino, bem como disciplinas dos diferentes departamentos curriculares. Os dados recolhidos foram tratados pela equipa de avaliadores, sendo as principais conclusões apresentadas no último dia, em articulação com a restante informação de retorno.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Portuguesa de Macau](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre [4 e 7 de dezembro de 2012](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade, da realização de entrevistas e da observação da prática letiva.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório pretende contribuir para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento da Escola.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a excelente colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola apresentado no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2012-2013](#) está disponível na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Portuguesa de Macau, situada na Região Administrativa Especial de Macau (República Popular da China), entrou em funcionamento no ano letivo de 1998-1999 e, desde então, assegura o ensino e a difusão da língua e da cultura portuguesas no território, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelas prestigiadas escolas que a precederam, a Escola Primária Oficial Pedro Nolasco da Silva, a Escola Básica e Secundária Infante D. Henrique e a Escola Comercial Pedro Nolasco. Está inserida numa zona de grande desenvolvimento económico e integra a Rede de Escolas do Sistema Educativo de Macau, funcionando como escola particular sem fins lucrativos, com alvará concedido pela Direção dos Serviços de Educação e Juventude, da Região Administrativa Especial de Macau.

No ano letivo de 2012-2013 a população escolar totaliza 485 alunos, dos quais 131 frequentam o 1.º ciclo do ensino básico (6 turmas), 80 o 2.º ciclo (4 turmas), 132 o 3.º ciclo (6 turmas) e 142 o ensino secundário, sendo efetuada uma gestão flexível das turmas neste nível de ensino, em função das disciplinas que permitem a junção de alunos inscritos em cursos diferentes. A Escola ministra igualmente cursos de língua portuguesa, como língua estrangeira, a 161 alunos.

Sendo uma Escola de matriz pedagógica e cultural portuguesas, prima pela flexibilidade e abertura a matrizes distintas que preparam os alunos para o multilinguismo, facilitando o prosseguimento de estudos no sistema educativo português e no estrangeiro, bem como a sua inserção no meio local. A percentagem de alunos naturais de Portugal é de 22%, de naturalidade macaense é de 65%, representando as demais nacionalidades (num total de 18 diferentes), 13% dos alunos que estudam na Escola.

Trabalham na Escola 53 docentes, um dos quais a tempo parcial, sendo a experiência profissional superior a 10 anos, em 54% dos casos. O pessoal não docente, num total de 28 trabalhadores, integra uma psicóloga, um técnico assessor (a tempo parcial), cinco trabalhadores especializados (nas áreas de dinamização da leitura, laboratórios, informática, enfermagem e atividades extracurriculares), sete assistentes técnicos que executam tarefas administrativas e 18 assistentes operacionais. Dos 28 trabalhadores não docentes, apenas um possui mais de 35 anos de serviço, situando-se os restantes abaixo dos 10 anos de serviço.

No ano letivo de 2012-2013, são globalmente favoráveis os valores das variáveis de contexto da Escola. O número médio de anos da habilitação académica das mães e dos pais é elevado, quando comparado com o grupo de referência. No que respeita à idade média dos alunos, nos três ciclos do ensino básico e no ensino secundário, os valores aproximam-se mais da mediana.

3- AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas, a análise documental e estatística realizada e a observação da prática letiva, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

É de realçar que, utilizando o modelo estatístico para cálculo de valor esperado em contexto aplicado às escolas de Portugal continental, os resultados escolares, de 2011-2012, situam-se, globalmente, muito acima dos valores esperados para escolas de contexto análogo e muito acima da mediana para as escolas do mesmo grupo de referência (cluster), apesar da enorme distância e das particularidades contextuais que separam a Escola da realidade nacional.

Os resultados escolares no ensino básico situam-se, globalmente, muito acima e acima dos valores esperados para escolas de contexto análogo e muito acima e acima da mediana para as escolas do mesmo grupo de referência. Os resultados da avaliação externa a matemática e a língua portuguesa do 1.º ciclo estão próximos da mediana quando comparados com escolas do mesmo grupo de referência, o que mostra alguma possibilidade de melhoria. Contudo, no que se refere à língua portuguesa, neste nível de ensino, é de salientar que a mesma é aprendida num contexto multilingue e serve de base para a aprendizagem de todas as outras áreas do conhecimento, com tão elevado sucesso.

Os resultados do 6.º ano na avaliação externa a língua portuguesa e a matemática, no ano letivo 2011-2012, mostram que mais de metade dos alunos obteve classificações correspondentes aos níveis quatro e cinco.

No ensino secundário, é de destacar como muito positivo o trabalho desenvolvido com os alunos do 12.º ano, tanto no que se refere às taxas de conclusão como na avaliação externa a português e a história, cujos resultados se mostram muito acima dos valores esperados para escolas de contexto análogo. O mesmo não aconteceu na avaliação externa a matemática, cujos resultados se situam acima da mediana para as escolas do mesmo grupo de referência.

No ano letivo 2011-2012, em termos de qualidade do sucesso, 75% dos alunos do 5.º ao 11.º ano transitaram de ano com sucesso pleno a todas as disciplinas.

A Escola, para além dos currículos orientados para o prosseguimento de estudos, tem oferecido cursos profissionalizantes com vista à integração no mercado de trabalho local, de acordo com uma das linhas de ação do seu projeto educativo. Assim, os cursos profissionais funcionaram na Escola até ao ano letivo 2011-2012, ficando suspensos em 2012-2013, de forma a permitir uma reflexão para tomada de decisão sobre as áreas profissionais mais adequadas à população e às suas expectativas. No último triénio, o sucesso destes cursos foi de 100%, tendo havido no último ano a desistência de um formando, por razões relacionadas com a sua situação profissional.

Os resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) 2009 situam a Escola acima da média da OCDE (*Organisation for Economic Co-Operation and Development*) nas três literacias (leitura, matemática e ciências). Estes resultados são superiores aos de Portugal e de Macau, com valores que estão acima entre 24 e 73 pontos e, especialmente, elevados nas literacias de matemática e de ciências.

O abandono escolar é inexistente. A desistência no ensino secundário correspondeu nos últimos dois anos à saída de dois alunos.

A Escola tem desenvolvido uma análise sistemática dos resultados escolares internos e externos nas diferentes reuniões, nomeadamente da direção, assembleia da comunidade educativa, dos conselhos de coordenadores e de turma, o que tem permitido identificar os fatores que têm influência nos processos de ensino e de aprendizagem e, por isso, no sucesso dos seus alunos.

A estabilidade do corpo docente e a continuidade pedagógica, o diagnóstico precoce das dificuldades de aprendizagem dos alunos, a relação pedagógica associada a uma boa ligação com os pais e encarregados de educação são os principais fatores determinantes do sucesso identificados pela Escola. Esta tem, por isso, desenvolvido práticas exemplares nestes domínios que têm produzido mudanças duradouras e significativas na melhoria das aprendizagens dos alunos e nos seus resultados escolares.

RESULTADOS SOCIAIS

A educação para a cidadania, a valorização da dimensão humana do trabalho e da vida, constituem formações transdisciplinares estruturantes que em conjugação com o domínio da língua portuguesa têm orientado, de forma intencional e sistemática, toda a ação educativa da Escola. Deste modo, as

competências desenvolvidas pelos alunos na área de formação pessoal e social são intrínsecas ao currículo e produzem um impacto consistente nas suas aprendizagens refletindo-se também nos seus resultados.

Todas as atividades curriculares e extracurriculares têm o propósito de fomentar a aprendizagem cooperativa / entre pares, estimulando o bom relacionamento e o gosto pela escola através da participação e da interação social, o que permite que os alunos façam muitos amigos na Escola. São exemplos as participações no *Festival da Lusofonia* no torneio *World Cup* de futebol, em Hong Kong, nas comemorações do centenário da República Portuguesa e do décimo aniversário da Região Administrativa Especial de Macau, no *Dia da Recolha de Sangue* e no *Parlamento dos Jovens*. Assim, a participação dos alunos em eventos desportivos, culturais e cívicos, reforçam a presença e a imagem positiva da Escola Portuguesa de Macau na comunidade envolvente.

A assunção de responsabilidades pelos alunos é uma área muito valorizada e visível em ações diversificadas e motivadoras, que permitem a sua participação, nomeadamente no concurso *Cineast@s Digitais*, em 2010-2011, com vários trabalhos dos alunos e a atribuição de duas menções honrosas e no programa de rádio, realizado por alunos, *Meninos da Rádio*.

Os alunos estão organizados em assembleias de delegados e nas comissões de finalistas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário. Os estudantes, representados por dois alunos eleitos em assembleia de delegados do ensino secundário, fazem parte da assembleia da comunidade educativa e participam nas respetivas reuniões.

A participação em campanhas de sensibilização em relação à defesa dos direitos humanos, em atividades para os mais desfavorecidos e em ações de solidariedade, como os cabazes para instituições sociais com roupas, comida e brinquedos, organizados pelos alunos do 1.º ciclo, e a feira do livro usado, realizada para aliviar as despesas familiares na aquisição de manuais escolares têm sido utilizados intencionalmente como estratégias promotoras da corresponsabilização.

A promoção de hábitos de vida saudáveis tem envolvido, por exemplo, alunos e pais no projeto *Cantina Saudável*, de forma a melhorar a alimentação neste espaço. Contudo, o sentido crítico e a identificação com a Escola levam os alunos a considerarem que a sua participação pode ainda ser alargada, nomeadamente através das assembleias de delegados, na dinamização de atividades no âmbito da educação para a saúde e ambiental, relevantes para a sua formação integral.

O reduzido número de ocorrências de natureza disciplinar é consequência de uma ação imediata para resolução dos problemas, da divulgação reiterada das normas de convivência nos espaços escolares e, ainda, da adoção de medidas eficazes e dissuasoras de comportamentos desadequados. Efetivamente, durante o último triénio, houve ocorrências que envolveram apenas sete alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário, aos quais foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias e, em simultâneo, medidas de integração, como por exemplo, pedidos de desculpas e a respetiva conservação dos espaços escolares.

O acompanhamento do percurso escolar dos alunos após a conclusão dos estudos na Escola Portuguesa de Macau é uma realidade e tem em vista o conhecimento do seu sucesso académico no ensino superior, de forma a refletir e a melhorar as suas práticas. Assim, no ano 2011-2012, os alunos que concluíram o 12.º ano acederam ao ensino superior em diferentes partes do mundo: 46% em Portugal, 18% em Macau, 18% em Pequim e 18% em sete países da Europa.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A comunidade educativa reconhece o trabalho de qualidade desenvolvido pela Escola, o que se reflete no elevado grau de satisfação dos alunos, dos trabalhadores e dos pais, expressos na predominância das opções de concordância nas respostas aos questionários.

A Escola, aceite de pleno direito junto da sociedade macaense, tem dado continuidade às boas relações entre Portugal e a China de quatrocentos anos, caracterizadas, principalmente pela paz e pela amizade. As três escolas que lhe deram origem acolheram a quase totalidade dos que fizeram em Macau, desde há mais de um século, a sua escolarização em língua portuguesa.

É de destacar o excelente relacionamento com a Região Administrativa Especial de Macau como o demonstra o reconhecimento e a valorização da Direção de Serviços de Educação e Juventude, devidamente comprovados pelos diferentes apoios, nomeadamente em equipamentos, em recursos educativos e em projetos pedagógicos como a *Aprendizagem das Línguas*, a *Promoção da Aprendizagem Alegre e Eficaz dos Alunos* e a *Promoção do Conhecimento da China e da Língua Chinesa*.

O currículo destaca a descoberta do meio no 1.º ciclo, de línguas e de história e geografia de Portugal e de Macau, com especial relevo aos conteúdos relativos à realidade local e regional e aos aspetos que contribuam para dar continuidade à herança intercultural de Macau, tendo em conta vivências dos povos de diversas partes do mundo, em particular de Portugal e da China.

De igual modo, o curso de português como língua estrangeira, criado em 2006 por proposta e financiado pela Região Administrativa Especial de Macau para os alunos do ensino secundário das escolas chinesas e inglesas Macaenses, em consonância com os objetivos do Governo Central da República Popular da China, é outro importante contributo da Escola para a comunidade que permite, em simultâneo, a divulgação da língua e da cultura portuguesas. De realçar que o número de alunos deste curso triplicou de 2007-2008 para 2012-2013.

Assim, a visibilidade política e social do trabalho, projetos e atividades desenvolvidos, decorrente de visitas honrosas de figuras públicas e da divulgação através dos meios de comunicação social, portugueses e macaenses tem permitido a consagração da Escola Portuguesa de Macau enquanto núcleo agregador da comunidade portuguesa, na promoção das condições de sucesso, no acompanhamento do percurso escolar dos alunos e na celebração de datas e efemérides alusivas à história e cultura nacionais, como por exemplo, o *25 de Abril* e o *Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas*.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação é parceira para o desenvolvimento, na consecução dos objetivos da Escola, mostrando-se interessada na resolução de problemas e disponível na participação em atividades, como cursos de pintura, teatro e guitarra e na organização de seminários de diferentes temas.

A Escola incentiva a responsabilidade dos alunos na sua própria formação, bem como o empenhamento na procura da excelência das aprendizagens, reconhecendo os seus sucessos, designadamente através da *Menção de Excelência*, da afixação em local visível dos seus trabalhos e da atribuição de prémios, num total de dezasseis, entregues em cerimónia anual e patrocinados por várias entidades, nomeadamente da Região Administrativa Especial de Macau, como o *Prémio Luís de Camões*, para o melhor aluno na disciplina de português e o *Prémio Luís Gonzaga Gomes*, para os alunos que apresentem o melhor texto sobre a intercomunicabilidade das culturas oriental e ocidental.

É de destacar como muito positivo o trabalho desenvolvido na integração dos alunos que tem conduzido à motivação e “ao gosto de andar nesta Escola”, alicerçado no reconhecimento dos valores humanistas e de aceitação da diferença, como o ilustram o jornal e o hino da Escola e as viagens de finalistas que são um marco no percurso escolar dos alunos.

O número de alunos da Escola veio naturalmente a diminuir a partir de 1999, com a devolução da soberania à República Popular da China. Contudo, em 2010-2011 mostra sinais de estabilização e nos últimos dois anos está a inverter-se esta tendência, havendo um aumento gradual fruto da qualidade que a Escola transmite e que é reconhecida pela sociedade local. Esta qualidade centra-se na aprendizagem dos alunos, através de práticas exemplares em campos relevantes como o

desenvolvimento para a paz, para os direitos do homem e para a interculturalidade, de forma a garantir a melhoria dos resultados escolares.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **EXCELENTE** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

O planeamento decorre de orientações claras e precisas, inscritas no projeto educativo da Escola, com realce para “a afirmação de Portugal, na sua história, na sua cultura, na sua língua e no seu posicionamento – passado, presente e futuro – no mundo”, a par da “confluência e do cruzamento civilizacionais entre a Europa e o Oriente” e na senda da “promoção da interculturalidade”.

Em consonância com estes princípios são definidas linhas de ação prioritárias, de âmbito curricular e pedagógico, com particular incidência no estudo das línguas, na utilização das tecnologias de informação e comunicação e na preparação dos alunos, sobretudo para o prosseguimento de estudos, mas também para a inserção no mercado de trabalho. Consequentemente, o plano anual congrega, com evidente intencionalidade, um conjunto de atividades que operacionalizam estes vetores estratégicos, enriquecendo as experiências de aprendizagem dos alunos e contextualizando o currículo, como por exemplo a *Comemoração do Dia de Portugal, das Comunidades Portuguesas e de Camões*, com romagem à Gruta de Camões, o *Dia do Mandarim*, o *Passeio por Macau Antigo* e a participação no *Macao English Speech Contest*.

Assim, a Escola ministra o currículo nacional dos ensinos básico e secundário, embora com a flexibilidade e os ajustamentos previstos na lei que viabilizam a adequação curricular necessária ao perfil dos alunos e ao meio em que a Escola está inserida. O planeamento reflete o desenvolvimento de um currículo próprio que inclui a lecionação do mandarim e do inglês desde o 1.º ciclo (vias A e B), tal como a disciplina de história e geografia de Portugal e de Macau, tendo sido elaborados para o efeito, por profissionais da Escola, manuais de apoio, dicionários e livros.

Efetivamente, a contextualização do currículo, aliando especificidades do território e cultura macaenses à aprendizagem da língua e cultura portuguesas está patente em todos os documentos estruturantes, alicerçando a coerência e o sentido das ações educativas desenvolvidas na Escola. Estas ações são bem-sucedidas, na medida em que tiram proveito do contexto multicultural e do multilinguismo que caracteriza a população escolar e valorizam a singularidade da Escola na oferta do português como língua materna e de duas línguas estrangeiras oficiais, com oferta de estágios para aperfeiçoamento linguístico (em Portugal e na China).

A este excelente trabalho de integração das orientações e de contextualização do currículo acresce o que é desenvolvido ao nível dos diferentes departamentos, no âmbito da articulação curricular vertical, atendendo à progressão das aprendizagens, com impacto na melhoria e na sua sequencialidade. Este facto é reforçado pela continuidade pedagógica que dá aos profissionais um conhecimento efetivo dos programas nacionais ao longo dos ciclos, bem como dos percursos escolares dos alunos.

O “primado da pessoa”, valor que encima a política educativa da Escola no seu projeto educativo, determina, efetivamente, um conhecimento e um acompanhamento muito próximos do indivíduo, extravasando a formalidade documental e sendo consolidado em contactos contínuos no espaço escolar. Nestes encontros informais, mas regulares e imbuídos de intencionalidade, os professores partilham informações, analisam os casos e concertam estratégias para atender eficazmente às necessidades dos alunos, indo além do que fica espelhado nos projetos curriculares de turma (ensino básico), enquanto instrumentos promotores da articulação de esforços e estratégias, na gestão horizontal do currículo e dos recursos.

A informação relativa ao percurso escolar dos alunos é consolidada ao longo de cada ano escolar, durante a permanência dos alunos na Escola, sendo partilhada e discutida pelos docentes que planificam o seu trabalho com um conhecimento efetivo das dificuldades e interesses dos alunos e fazem uso desse conhecimento na mobilização das soluções adequadas para cada caso. Neste sentido, é planeada a necessária articulação entre os professores titulares de turma (no 1.º ciclo) e diretores de turma ou professores das disciplinas (nos restantes ciclos), com a biblioteca escolar, com os laboratórios, com as tecnologias de informação e comunicação, com a sala de estudo, com o serviço de psicologia e com os demais apoios e atividades, sempre com enfoque no sucesso escolar.

A avaliação das aprendizagens, devidamente integrada no planeamento, pauta-se por critérios que são definidos por ano de escolaridade e por área curricular disciplinar / disciplina, com particular atenção aos padrões de desempenho e aos parâmetros a avaliar e respetivas ponderações. São igualmente valorizadas as diferentes modalidades de avaliação, nomeadamente a de diagnóstico e a formativa, bem como a utilização de instrumentos diversificados. As reuniões de docentes viabilizam a análise sistemática e detalhada das avaliações realizadas, dando azo aos ajustes necessários no planeamento, para que as dificuldades sejam de imediato atendidas com respostas educativas adequadas.

Com efeito, as circunstâncias peculiares, de contexto e de distância relativamente à realidade nacional, em que a Escola cumpre a sua missão, reforçam o trabalho cooperativo entre os professores, no que respeita às planificações, à partilha de materiais pedagógico-didáticos, à interdisciplinaridade e à discussão metodológica e científica. Várias visitas de estudo são planeadas na perspetiva do envolvimento de disciplinas distintas, existindo um aproveitamento real da autonomia pedagógica para consolidar questões relativas ao contexto da Escola, espelhado inclusive em publicações, como *Construindo quatro contos de Natal, Para bom entendedor meio provérbio basta* e *Sob o véu do tempo – Contos e lendas da China antiga*.

Conforme as situações e os exemplos enunciados ilustram, a permanente análise e reflexão dos profissionais em torno das questões relacionadas com o planeamento, que se apresenta claro nos seus princípios e flexível nas adequações avaliadas como necessárias, repercute-se na qualidade do ensino ministrado na Escola, com impacto evidente na melhoria das aprendizagens e no sucesso dos resultados.

PRÁTICAS DE ENSINO

A Escola prima pela ação educativa que, sendo estruturada em torno das prioridades claramente estabelecidas, se revela incisiva e eficaz na resposta imediata às dificuldades que vão emergindo no processo de ensino e de aprendizagem. A língua portuguesa, utilizada para veicular o currículo das diferentes áreas / disciplinas, está no centro destas prioridades, pelo que estão implementados apoios diferenciados que iniciam a aprendizagem intensiva da língua (o *Ano Preparatório*), dão continuidade à sua aprendizagem enquanto língua estrangeira (o português língua não materna), e reforçam ou consolidam competências, como acontece nas salas de estudo. A lecionação do *Curso de Português para Estrangeiros*, nomeadamente chineses, após o horário das aulas do ensino regular, constitui outra frente importante na difusão da língua e cultura nacionais.

Do mesmo modo, a valorização da biblioteca escolar, enquanto espaço interativo de aprendizagem, contribui para o desenvolvimento de competências dos alunos, no âmbito da língua portuguesa e promove significativa e eficazmente, de forma transversal a todos os anos de escolaridade, a articulação com as demais áreas/disciplinas do currículo, com reflexos na melhoria das aprendizagens.

É de salientar também o trabalho desenvolvido no 1.º ciclo, em que as aprendizagens são consolidadas sistematicamente e estrategicamente através do reforço de atividades com a biblioteca escolar, nos laboratórios e com recurso aos suportes tecnológicos existentes na Escola, decorrentes do desenvolvimento do currículo deste nível de ensino. A análise e a reflexão dos profissionais de todos os ciclos do ensino básico e do ensino secundário denotam a valorização e o investimento intencional nos primeiros anos de escolaridade, pois reconhecem que nesta fase os alunos desenvolvem competências basilares e potenciam o sucesso das suas aprendizagens, em anos subsequentes.

No que respeita ao ensino do mandarim como língua estrangeira, a Escola tem alimentado a reflexão sistematicamente sobre as dificuldades diagnosticadas e sobre as medidas a implementar, a fim de permitir a obtenção de melhores resultados, nomeadamente na oralidade, dadas as profundas diferenças entre o sistema de escrita oriental e o ocidental, a que acresce a escassez de oportunidades que viabilizem a aplicação das aprendizagens em situações comunicacionais do quotidiano.

A aprendizagem do mandarim é muito valorizada por toda a comunidade educativa, pelo que se têm intensificado as diligências, com o apoio do Departamento de Tradução do Instituto Politécnico de Macau, com vista à adequação dos métodos de ensino utilizados, bem como à procura de novas estratégias no âmbito da sala de aula, das atividades extracurriculares e da comunicação em contextos autênticos. Todavia, foi reconhecido que a celebração de um protocolo entre Portugal e a República Popular da China poderia favorecer a contratação, a formação e a estabilidade dos docentes de mandarim, tal como permitir a certificação do mesmo pela Escola.

As questões metodológicas, didáticas e pedagógicas são objeto de discussão dos docentes que reconhecem a sua importância e utilizam estratégias de ensino diversificadas, com a finalidade de atender às necessidades e aos interesses dos seus alunos, motivando-os para o estudo dos conteúdos curriculares. Contudo, de um modo geral, a implementação de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula pode ter maior expressão, potenciando a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Neste âmbito, os professores podem beneficiar da divulgação das boas práticas, já desenvolvidas em algumas disciplinas, como é o caso de educação física e de tecnologias de informação e comunicação, assentes na diferenciação pedagógica, sendo importante a sua replicação noutros grupos ou departamentos.

As ações educativas da Escola pautam-se pelo princípio da abordagem do currículo numa perspetiva interdisciplinar, assente no trabalho desenvolvido nos conselhos de turma e reforçada pelas atividades integradas no plano anual. Com efeito, é visível a concertação estratégica dessas ações no reforço sistematicamente das aprendizagens, designadamente na diversidade e abrangência das atividades extracurriculares que envolvem mais de metade da população escolar (264 alunos em 2011-2012) e, em articulação com o plano anual, contribuem para valorizar os sucessos dos alunos, com efeitos positivos na sua formação integral e na contextualização do currículo. A oferta extracurricular (nas áreas de dança, música, ginástica, várias modalidades desportivas, pintura, xadrez, jornalismo e língua francesa), assim como as atividades do plano anual (por exemplo, o *Festival da Lusofonia*, a *Festa da Música* e os numerosos *Campeonatos Escolares*), de índole desportiva, cultural e artística, articulam-se de forma coerente e consolidam as mesmas linhas de ação prioritárias que enquadram o desenvolvimento curricular na Escola.

De igual modo, é de realçar como muito positivo o investimento na componente experimental, transversal aos ensinos básico e secundário, decorrente do desenvolvimento do currículo em sala de aula e do seu enriquecimento com atividades extracurriculares, contribuindo para fomentar uma atitude positiva face ao método científico e à aprendizagem das ciências. Nesta área do conhecimento, há práticas generalizadas e consolidadas, que são fruto da reflexão dos docentes sobre os benefícios

decorrentes do contacto dos alunos, desde o primeiro ano de escolaridade, com o ambiente laboratorial e que se refletem no sucesso alcançado nas respetivas áreas / disciplinas. A realização de visitas de estudo, por exemplo ao Centro de Ciência de Macau, constitui um complemento importante nesta vertente curricular.

No que respeita aos apoios educativos prestados, a Escola distingue-se pela adequação e eficácia dos mesmos, com mobilização dos recursos necessários, nomeadamente em salas de estudo, e com a utilização de métodos e técnicas diversificadas de reflexão e de aprendizagem dos conteúdos. Efetivamente, é muito relevante a análise realizada durante o processo de ensino e de aprendizagem sobre os resultados alcançados, aliada à explicitação das dificuldades sentidas pelos alunos, possibilitando a adequação e diferenciação dos apoios, que são reforçados aquando da preparação para as avaliações externas (provas finais e exames nacionais).

O sentido de oportunidade dos docentes evidencia-se na celeridade das suas ações, pois identificam precocemente as necessidades dos alunos e atendem-nas de imediato, mas também tem sido fundamental a conjugação de meios, humanos e materiais, para que as respostas sejam adequadas. Os apoios abrangem tanto os alunos com dificuldades de aprendizagem, como aqueles que revelam capacidades muito elevadas, e, por esta razão, têm um impacto muito positivo e forte nos resultados escolares. É de realçar ainda o apoio prestado aos alunos com necessidades educativas especiais que, apesar da inexistência de um docente da educação especial na Escola, com o envolvimento da psicóloga, dos docentes e das famílias, possibilitou o sucesso pleno destes alunos, no último triénio.

A par dos apoios e com igual relevância, é permanente o incentivo à melhoria de desempenhos, patente no reconhecimento dos sucessos alcançados pelos alunos através da atribuição de menções de excelência e de numerosos prémios oferecidos pela Escola, por associações locais e pela Direção dos Serviços de Educação e Juventude da Região Administrativa Especial de Macau, de entre os quais se refere, a título ilustrativo, o *Prémio Dr. Nascimento Leitão*, o *Prémio Revelação Dr. Henrique de Senna Fernandes* e o *Prémio Casa de Portugal em Macau*. Do mesmo modo, a realização de exposições e de espetáculos, do *Clube de Teatro* e do *Grupo Musical Orff*, nos espaços escolares e na comunidade local, dão visibilidade e valorizam as aprendizagens dos alunos em múltiplas áreas do conhecimento.

O cuidado com os espaços e com os equipamentos contribui igualmente para criar ambientes de estudo propícios à aprendizagem, como é o caso da sala de leitura, cujo projeto arquitetónico foi vencedor da categoria “Inovação” do Prémio de Conservação da Herança Cultural Ásia-Pacífico da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Aliás, a rendibilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens consubstancia outra área de excelência da Escola, na medida em que há um aproveitamento sistemático de espaços específicos, como a biblioteca escolar, a sala de leitura, as salas de estudo, as salas equipadas com tecnologias de informação e comunicação, os laboratórios, com a finalidade de diversificar os contextos de educação e de ensino, motivando e enriquecendo as aprendizagens dos alunos.

A observação da prática letiva, integrada nesta avaliação externa e muito bem acolhida pelos profissionais, permitiu sistematizar os aspetos que, de um modo global, caracterizam as práticas de ensino na Escola, os quais foram oportunamente apresentados à comunidade educativa. Deste modo, foi possível constatar, em sala de aula, como a ação da Escola tem produzido um impacto consistente na melhoria das aprendizagens dos alunos. Com efeito, salvaguardando as diferenças inerentes aos anos de escolaridade e às áreas / disciplinas visados nas observações, os desempenhos dos profissionais foram distintos, em função das estratégias utilizadas e das interações despoletadas em cada aula. Em comum, assinala-se a adequação das práticas de ensino observadas, cuja intencionalidade foi sempre clara, com vista a ajudar os alunos a aprender.

A conscientização de como é realizada a atividade docente, baseada na observação direta e não apenas a partir do relato diferido dos professores, em reuniões, potencia uma reflexão mais fundamentada sobre os aspetos que são suscetíveis de melhoria. Assim, estando já a ser preparada a logística de apoio ao

processo, a implementação de supervisão da prática letiva em sala de aula, como estratégia formativa para o desenvolvimento profissional dos docentes abrirá novas perspectivas para o reforço do serviço educativo de excelência que é prestado pela Escola.

Tal como foi assinalado a propósito do planeamento, também no que respeita às práticas de ensino sobressai a permanente reflexão dos docentes e o conseqüente ajustamento das suas ações, assegurando a participação ativa dos alunos e dos encarregados de educação e ponderando em contínuo adequação e exequibilidade das medidas implementadas, com um impacto muito positivo na qualidade das aprendizagens e nos resultados alcançados.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A análise sistemática, por parte dos órgãos e estruturas de coordenação pedagógica e educativa da Escola, abrange a monitorização do desenvolvimento do currículo, o qual está intrinsecamente ligado aos processos e aos resultados da avaliação das aprendizagens, pois são estes a fonte dos indicadores que fundamentam as decisões e a escolha das estratégias de melhoria. Assim, as salas de estudo e os apoios educativos reforçam uma gestão flexível e consolidam o desenvolvimento curricular, proporcionando respostas educativas diferenciadas e adequadas às necessidades dos alunos.

Os professores valorizam em especial a avaliação de diagnóstico e a avaliação formativa, por estarem estreitamente ligadas à regulação das aprendizagens, originando informação relevante para os docentes e para os alunos. Este facto influencia os processos de ensino e de aprendizagem, traduzindo-se, por exemplo, em momentos de auto e de heteroavaliação dos alunos, destinados a torná-los mais ativos no processo, bem como em trabalhos de análise e melhoria do desempenho partindo da “pedagogia do erro” e, ainda, na realização de tarefas que assentam numa conceção construtivista da aprendizagem, como é o caso das oficinas de escrita.

Num nível mais abrangente, assinala-se a discussão realizada nos departamentos sobre os resultados globais e sobre os critérios de avaliação utilizados, os quais são diferenciados na forma como são apresentados, por anos de escolaridade ou por área/disciplina, em função de níveis padronizados de aquisição de competências ou com base em parâmetros e respetivas ponderações. Todavia, partem de princípios comuns que visam atender às especificidades curriculares (por exemplo, a expressão oral nas línguas, a aptidão física na educação física e o domínio de técnicas e procedimentos na educação visual e tecnológica) e recorrem a instrumentos apropriados para as distintas situações de aprendizagem (grelhas de observação, portefólios, provas escritas, entre outros).

A aferição decorre da partilha de instrumentos e da análise dos resultados obtidos internamente, bem como dos obtidos em avaliações externas das aprendizagens, como é o caso dos testes intermédios e das provas finais e exames realizados em Portugal. Com efeito, os docentes diligenciam uma preparação eficiente dos alunos para estes momentos, pois a Escola é a única que, na Região Administrativa Especial de Macau, participa em avaliações externas, pelo que os profissionais buscam necessariamente manter a proximidade entre as classificações internas e as obtidas em exame. Este trabalho é duplamente bem-sucedido, visto que, por um lado, promove a formação integral dos alunos ao incluir nos critérios de avaliação parâmetros como a autonomia, o respeito pelos outros e a responsabilidade, e, por outro, atende às exigências da preparação para as provas de exame, que não contemplam esses mesmos critérios, mas onde os alunos alcançam níveis de desempenho excelentes.

Num nível mais específico, regista-se o trabalho desenvolvido nos conselhos de turma, estrutura de base, fundamental para o sucesso da ação educativa em articulação com as demais estruturas organizativas, em que se destaca o trabalho desenvolvido pelos diretores de turma, facilitando a integração dos alunos e diligenciando a ligação com as famílias, bem como a disponibilidade dos outros docentes para esclarecer dúvidas aos encarregados de educação no âmbito da especificidade das suas disciplinas.

A reflexão realizada nos conselhos de turma atenta, caso a caso, na avaliação e fundamenta as decisões que desencadeiam apoios diferenciados, seja para colmatar dificuldades, seja para reforçar o desenvolvimento de capacidades já notáveis. O sucesso alcançado pelos alunos com dificuldades de aprendizagem apoiados é muito positivo, situando-se as respetivas taxas entre os 95% e os 100%.

A desistência e o abandono não são problema na Escola, pelo que, num contexto em que as possibilidades de escolha no que respeita ao prosseguimento de estudos são particularmente vastas, a intervenção dos profissionais deve incidir no reforço e generalização de atividades (palestras e visitas) destinadas à orientação vocacional dos alunos, nomeadamente após a conclusão do 9.º ano, em complementaridade com o programa desenvolvido pela psicóloga.

Em coerência com o planeamento e as práticas de ensino, também no que concerne à avaliação das aprendizagens, os professores pautam o seu trabalho pela análise e reflexão dos indicadores de que dispõem, interna e externamente, procedendo aos ajustes que lhes permitem melhorar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem, com um impacto consistente e muito positivo nos resultados.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes, o que justifica a atribuição da classificação de **EXCELENTE** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A visão, a estratégia e o planeamento definidos a partir das linhas orientadoras estabelecidas pelo Conselho de Administração da Fundação Escola Portuguesa de Macau encontram-se no projeto educativo cuja consistência, enquanto documento estruturante da ação educativa, consubstancia os princípios orientadores, os valores e as linhas de desenvolvimento que, estrategicamente, contribuem para a consecução da missão da Escola.

A aposta na qualidade do trabalho docente e no desenvolvimento organizativo da Escola tem pautado a atuação da liderança de topo no sentido de garantir a melhoria dos resultados educativos e de tornar a organização escolar num centro de entrosamento da língua e cultura portuguesas com outras culturas.

A missão confere à Escola uma singularidade ímpar, na medida em que esta assegura uma escolarização equiparável à ministrada por qualquer outra escola do sistema educativo de Portugal, desenvolvendo o seu projeto educativo num contexto e em circunstâncias históricas, culturais e geográficas distintos.

A liderança forte e carismática da diretora, consensualmente valorizada, tem contribuído para a consolidação da imagem de excelência da Escola Portuguesa de Macau, firmando o seu reconhecimento no seio da sociedade local e da comunidade educativa, como é exemplo a permanente angariação de apoios ao nível da diplomacia, junto do governo da Região Administrativa Especial de Macau. Esta liderança de abertura, de diálogo, de apoio, de exigência e de rigor tem contribuído para o reforço do trabalho colaborativo e promovido um clima de escola de cooperação, fomentando o debate e a participação das lideranças intermédias, nomeadamente dos coordenadores de departamento e dos diretores de turma, na tomada de decisões atinentes a uma prestação de serviço educativo de excelência.

É de destacar a promoção e o apoio à aprendizagem das línguas concretizados em protocolos celebrados com o Instituto Politécnico de Macau, com o Instituto Confúcio e com o Observatório da Língua Portuguesa, bem como os cursos de língua portuguesa em horário pós-laboral, os cursos de verão para ensino do português a alunos oriundos de escolas chinesas e os cursos de aperfeiçoamento linguístico de português e de mandarim, apoiados pela Direção de Serviços de Educação e Juventude, em Portugal e em Pequim. Contudo, a adesão a projetos internacionais em consonância com a identidade e com a missão da Escola poderá enriquecer ainda mais as experiências de aprendizagem dos alunos, como aconteceu com a correspondência via postal entre alunos da Escola Portuguesa de Macau e a Escola Portuguesa de Timor.

De forma a antecipar a preparação das condições de sucesso, a Escola articula com o Jardim de Infância D. José da Costa Nunes, no que respeita à utilização do português como língua materna e na iniciação à aprendizagem do mandarim. Esta articulação estende-se também com visitas às instalações da Escola pelas crianças de cinco anos e a transmissão, pelas educadoras às professoras do 1.º ciclo, de informação relativa ao seu percurso na educação pré-escolar.

Anualmente é implementado o Dia da Escola Aberta que tem um extraordinário impacto na motivação e no envolvimento de toda a comunidade educativa, fomentando o sentimento de pertença e de identidade da Escola, bem como uma oportunidade única na divulgação da língua e da cultura portuguesas. De igual modo, é de salientar como muito positivo a abertura e a proatividade no sentido de obter apoios e de divulgar os projetos da Escola junto da comunidade macaense, designadamente através das associações locais vocacionadas para a educação e para a cultura.

É de realçar a valorização do culto da memória da Escola como elemento agregador da comunidade educativa e mobilizador da qualidade e da excelência, exaltando o sentimento de pertença e de identificação com a Escola, através do uso de uniforme, o emblema, o hino da Escola, o jornal escolar e os momentos solenes de celebração.

Salientam-se o empenho e a dedicação dos docentes no exercício das suas funções, associados a um ambiente de boa interação humana e profissional, decorrente de uma gestão que promove valores como a liberdade, a participação e os afetos.

Assim, a Escola é um espaço privilegiado de inovação na procura da qualidade, apostando no desenvolvimento, como forma de alcançar a excelência nas aprendizagens dos alunos e dos seus resultados educativos.

A mudança de instalações da Escola para um local mais adequado e com melhores condições tem gerado expectativas elevadas nas diferentes lideranças, de forma a dar continuidade a uma Escola de qualidade, cada vez mais internacional e firmada na valorização da língua portuguesa no território de Macau, tendo como horizonte estabelecer a ligação entre Ocidente e Oriente. Efetivamente, a formação em português dos alunos das escolas chinesas é exemplo de como a Escola constitui um verdadeiro centro de língua e cultura portuguesas.

GESTÃO

A Escola apresenta-se como uma organização eficiente nas múltiplas vertentes do seu funcionamento, pelo que os critérios que pautam a gestão e a afetação de recursos estão em consonância com os princípios que orientam as demais ações educativas, ou seja, a “primazia da pessoa”, os “valores”, a “qualidade” e o “sentido de serviço”. O respeito efetivo por estes princípios contribui para o sentimento de bem-estar e de pertença dos membros da comunidade educativa.

Aquando da elaboração de horários é estipulada uma rigorosa distribuição das salas específicas, o que, aliado à utilização das salas normais, onde são disponibilizadas tecnologias de informação e comunicação, permite uma elevada utilização dos recursos existentes na Escola por toda a população

escolar. A continuidade pedagógica é, por norma mantida, nas situações em que se revela uma opção adequada para os interesses dos alunos. No mesmo sentido, há abertura e flexibilidade na gestão dos tempos e dos espaços, sendo reforçada a carga curricular de determinada turma ou disciplina sempre que haja fundamento para tal, com a finalidade de garantir as condições de sucesso das aprendizagens.

É cultivado o sentido de responsabilidade, por via da sensibilização da comunidade escolar para a manutenção dos equipamentos e para a conservação dos recursos, promovendo-se a consciencialização coletiva de que os mesmos não são inesgotáveis. Por esta razão, a Escola, através da direção e dos restantes profissionais, tem de alimentar as dinâmicas protocolares que garantem o financiamento das várias atividades e projetos fundamentais para a prestação de um serviço educativo de reconhecida qualidade.

Neste âmbito, é de salientar o apoio notável do governo da Região Administrativa Especial de Macau que, através da Direção dos Serviços de Educação e Juventude, providencia recursos financeiros, materiais e também humanos, muito importantes para a prossecução da missão da Escola. A contratação dos técnicos especializados para a coordenação de atividades de leitura e extracurriculares, bem como para a organização e gestão de recursos laboratoriais e informáticos, ilustra bem o quão relevante é este apoio no reforço aos vetores prioritários da ação educativa.

Por oposição, é de referir que a inexistência de um professor de educação especial na Escola, pode dificultar o trabalho desenvolvido pela psicóloga, em articulação com os professores e com os diretores de turma, embora estes procurem adequar ao máximo as respostas aos alunos com necessidades educativas especiais.

Embora não esteja formalmente implementada a avaliação de desempenho na Escola, todos os profissionais se empenham na consecução das suas funções, sendo a recondução o sinal de que a prestação foi adequada. Com efeito, o sentimento de comunidade e de pertença também se espelham no trabalho cooperativo dos docentes, no que respeita à elaboração /adequação das planificações, definição dos critérios de avaliação, realização de atividades e partilha de materiais, atenuando os efeitos do afastamento dos meios académicos nacionais a que estão sujeitos os professores da Escola.

As necessidades de formação são frequentemente objeto de discussão pelos docentes, visto que estes valorizam os benefícios que a permanente atualização científica, metodológica e pedagógica podem acarretar para o exercício das suas funções. Tais necessidades são parcialmente colmatadas com aproveitamento do capital humano da Escola para a realização de alguma formação interna (respeitante à utilização da plataforma *Moodle* nos processos de ensino e de aprendizagem e às especialidades/modalidades de educação física), com a participação em *WEB-based SemINARs* (inglês) e, com o apoio da Direção de Serviços de Educação e Juventude, através da celebração de protocolos envolvendo instituições do ensino superior portuguesas, no sentido de obter formação em áreas didáticas e científicas específicas (português, matemática e ciências experimentais).

Contudo, o nível de excelência visado pelos trabalhadores requer um planeamento estratégico e sistemático da formação, centrada nas necessidades de desenvolvimento profissional, orientada para uma efetiva consolidação científica e renovação de práticas metodológicas dos docentes, tendo em conta a identidade e a missão da Escola. Para o efeito, tendo em vista a celeridade dos processos e a contenção de custos dos mesmos, afigura-se conveniente a utilização, tanto quanto possível, do seu capital humano na promoção da disseminação do conhecimento em contexto de trabalho e com recurso aos protocolos e aos apoios disponíveis. De igual modo, a identificação das boas práticas, já desenvolvidas em algumas disciplinas, na construção de materiais específicos e respetiva utilização, constitui outra forma de conseguir a sua replicação noutros grupos ou departamentos.

O sentimento de pertença partilhado pelos docentes também pode ser alargado com o envolvimento do pessoal não docente no projeto educativo da Escola e com a realização de formação destinada a estes

trabalhadores, em áreas relacionadas com as suas funções específicas no âmbito da ação educativa, de modo a aumentar a motivação e melhorar o ambiente de interação humana e profissional.

No que respeita às tecnologias de informação, embora a Escola se encontre bem equipada, a utilização das mesmas pode ser reforçada, quer como instrumentos no processo de ensino e de aprendizagem quer para tornar mais célere e eficaz a comunicação entre os elementos da comunidade educativa, nomeadamente entre os diretores de turma e os encarregados de educação.

Na globalidade, a gestão é simultaneamente rigorosa, nos princípios orientadores, e flexível, ao admitir os ajustes necessários, o que potencia o bom funcionamento da organização e contribui de forma decisiva para melhorar as condições de aprendizagem e alcançar excelentes resultados.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O projeto de autoavaliação da Escola tem por base o projeto educativo que é simultaneamente curricular. A sua construção assentou num trabalho de reflexão e de análise das experiências anteriores para o ensino do português em Macau, bem como na avaliação dos recursos físicos, do capital humano, dos alunos e das expectativas da comunidade educativa.

A autoavaliação está focalizada nas linhas de ação prioritárias do projeto educativo e na execução das atividades nas diferentes áreas como a gestão, o currículo, a pedagógica, a relação escola-meio e a de apoio psicopedagógico e orientação escolar. Deste modo, a concertação entre órgãos e a coerência e articulação entre os diferentes documentos estruturantes têm permitido, nomeadamente a identificação dos principais fatores determinantes do sucesso e conduzido à conceção, realização e avaliação das ações de melhoria com consequências no processo de ensino e de aprendizagem e, por isso, nos resultados escolares.

A tensão criada, por ser uma Escola de sucesso nos resultados educativos que alcança ao colocar a fasquia na excelência, permite aos seus profissionais desencadear processos educativos sustentados na autoavaliação e numa gestão autónoma do currículo com uma especial atenção à diversidade cultural. Efetivamente, as práticas de autoavaliação estão patentes nos balanços anuais realizados pelos departamentos e pela assembleia da comunidade educativa, bem como nas reflexões sistemáticas sobre os resultados académicos dos alunos, com vista à adequação e melhoria das respostas educativas.

As ações de autoavaliação desenvolvidas, por exemplo, na sala de estudo têm produzido informação útil para o processo de ensino e de aprendizagem, permitindo aumentar a sua eficiência de forma a melhorar os apoios prestados aos alunos com consequências muito positivas nos resultados escolares.

É de realçar o trabalho da assembleia da comunidade educativa que, para além de monitorizar e avaliar no final do ano letivo o plano anual de atividades, é um espaço de reflexão partilhada e de corresponsabilização, com o objetivo da melhoria contínua em todas as áreas da Escola.

Assim, da autoavaliação desenvolvida decorrem decisões que têm conduzido à melhoria e ao sucesso. Contudo, a formalização do projeto de autoavaliação envolvendo toda a comunidade educativa, permitirá dar maior visibilidade à construção e implementação dos planos de melhoria e manter a sustentabilidade do progresso.

A autoavaliação da Escola está integrada num ciclo de melhoria, principalmente nas reuniões de trabalho dos diferentes órgãos da Escola, e é, acima de tudo, o debate sobre a qualidade do desempenho com o objetivo de contribuir para uma melhoria dos processos estratégicos (*outputs*, processo de ensino e de aprendizagem e *inputs*) e até da redefinição dos objetivos. Na verdade, o excelente relacionamento com a Direção de Serviços de Educação e Juventude, a visibilidade política e social dos projetos e atividades desenvolvidos, a celebração de datas e efemérides alusivas à história e cultura nacionais, a atribuição de um número tão elevado de prémios aos alunos, o *Dia da Escola Aberta*, o curso de

português como língua estrangeira e a implementação do *Ano Preparatório* mostram como a Escola se distingue pelas práticas exemplares em campos relevantes.

A autorregulação pelos resultados educativos e pela valorização do contexto multicultural, conjugada com a participação da comunidade educativa, a forte liderança da diretora e a aposta numa Escola de excelência como centro de língua e cultura portuguesas, são indicadores de uma crescente sustentabilidade da ação e do desenvolvimento.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes, pelo que a classificação deste domínio é de **EXCELENTE**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Consagração da Escola Portuguesa de Macau enquanto núcleo agregador da comunidade portuguesa, na promoção das condições de sucesso, no acompanhamento do percurso escolar dos alunos e na celebração de datas e efemérides alusivas à história e cultura nacionais;
- Valorização do contexto multicultural e do multilinguismo, bem como da singularidade da Escola na oferta do português como língua materna e de duas línguas estrangeiras oficiais com oferta de estágios;
- Adequação dos apoios educativos prestados, tanto aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem, como aos que têm bons desempenhos, com mobilização dos recursos necessários, nomeadamente em salas de estudo, e com a utilização de métodos e técnicas diversificadas de reflexão e de aprendizagem dos conteúdos;
- Consistência do Projeto Educativo da Escola, enquanto documento estruturante da ação educativa, consubstanciando os princípios orientadores, os valores e as linhas de desenvolvimento que, estrategicamente, contribuem para a consecução da missão da Escola;
- Implementação do Dia da Escola Aberta, com impacto na motivação e no envolvimento de toda a comunidade educativa, fomentando o sentimento de pertença e de identidade da Escola, bem como a divulgação da língua e da cultura portuguesas;
- Existência de práticas de autoavaliação, patentes nos balanços anuais realizados pelos departamentos e pela assembleia da comunidade educativa, bem como nas reflexões sistemáticas sobre os resultados académicos dos alunos, com vista à adequação e melhoria das respostas educativas.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Reforço da participação dos alunos, nomeadamente através das assembleias de delegados, na dinamização de atividades no âmbito da educação para a saúde e ambiental, relevantes para a sua formação integral;

- Implementação, com maior expressão, de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, potenciando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;
- Planeamento estratégico e sistemático da formação centrada nas necessidades de desenvolvimento profissional, orientada para uma efetiva consolidação científica e renovação de práticas metodológicas dos docentes, tendo em conta a identidade e a missão da Escola;
- Formalização do projeto de autoavaliação, envolvendo toda a comunidade educativa, de modo a dar maior visibilidade à construção e implementação dos planos de melhoria e a manter a sustentabilidade do progresso.

A Equipa de Avaliação Externa:

João Nunes, João Ramalho e Rosa Micaelo



DESPACHO

Atendendo a que através do Despacho n.º 7433/2012, de 22 de maio de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 30 de maio de 2012, foi determinada a realização de uma intervenção na Fundação Escola Portuguesa de Macau e na Escola Portuguesa de Macau a desenvolver pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) com os objetivos de proceder à avaliação da Escola Portuguesa de Macau, para efeitos de manutenção da excelência da oferta educativa prestada naquele estabelecimento de ensino e auditar o funcionamento da Fundação Escola Portuguesa de Macau e da Escola Portuguesa de Macau (EPM), nos domínios administrativo e financeiro;

Considerando que, em resultado da ação de avaliação externa da EPM empreendida pela IGEC, foi apresentado o respetivo Relatório de Avaliação Externa, que reflete os resultados dessa intervenção;

Considerando as principais conclusões e observações constantes do Relatório de Avaliação Externa.

Assim, determino o seguinte:

1 – Homologo o Relatório da Avaliação Externa da Escola Portuguesa de Macau apresentado pela IGEC, em anexo ao presente despacho.

2 - No âmbito da Avaliação Externa à EPM, sublinho as conclusões da IGEC consignadas no Relatório de Avaliação Externa em questão relativas à ação da EPM, que tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria da aprendizagem e dos resultados dos alunos nos respetivos percursos escolares, em resultado das práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes implementadas, o que determinou a classificação atribuída pela IGEC de **Excelente** nos três domínios do quadro de referência da avaliação externa – resultados, prestação do serviço educativo e liderança e gestão.

3 – Evidenciam-se os pontos fortes do desempenho da EPM constantes do referido Relatório da IGEC:

3.1. Consagração da Escola Portuguesa de Macau enquanto núcleo agregador da comunidade portuguesa, na promoção das condições de sucesso, no acompanhamento do percurso escolar dos alunos e na celebração de datas e efemérides alusivas à história e cultura nacionais;

3.2. Valorização do contexto multicultural e do multilinguismo, bem como da singularidade da Escola na oferta do português como língua materna e de duas línguas estrangeiras oficiais com oferta de estágios;

M



3.3. Adequação dos apoios educativos prestados aos alunos, tanto aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem, como aos que têm bom desempenho, com mobilização dos recursos necessários;

3.4. Consistência do projeto educativo da Escola, enquanto documento estruturante da ação educativa, consubstanciando os princípios orientadores, os valores e as linhas de desenvolvimento que, estrategicamente, contribuem para a consecução da missão da Escola;

3.5. Implementação do Dia da Escola Aberta, com impacto na motivação e no envolvimento de toda a comunidade educativa;

3.6. Existência de práticas de autoavaliação, patentes nos balanços anuais realizados pelos departamentos e pela assembleia da comunidade educativa, bem como nas reflexões sistemáticas sobre os resultados académicos dos alunos com vista à adequação e melhoria das respostas educativas.

4 – No desenvolvimento da sua missão e tendo em vista a contínua melhoria, a EPM deverá pautar a sua atuação privilegiando as áreas de melhoria identificadas no Relatório de Avaliação Externa da IGEC:

4.1. Reforço da participação dos alunos, nomeadamente através de assembleias de delegados, na dinamização de atividades no âmbito da educação para a saúde e ambiental, relevantes na sua formação integral;

4.2. Implementação, com maior expressão, de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula;

4.3. Planeamento estratégico e sistemático da formação centrada nas necessidades de desenvolvimento profissional, orientada para uma consolidação científica e renovação de práticas metodológicas dos docentes;

4.4. Formalização do processo de autoavaliação, envolvendo toda a comunidade educativa, de modo a dar maior visibilidade à construção e implementação dos planos de melhoria e a manter a sustentabilidade do sucesso.

5 – Comunique-se o teor do presente despacho à Fundação Escola Portuguesa de Macau, na pessoa do presidente do seu conselho de administração, à Direção da Escola Portuguesa de Macau e à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, para os devidos efeitos.

6 - Dê-se conhecimento do teor do presente despacho ao Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar.

O Ministro da Educação e Ciência

Nuno Crato

Nuno Crato